CIP
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

DÍVIDAS OCULTAS

Edição nrº 5 | 25 Julho de 2023 | Distribuição gratuita

Moçambique divulga documentos da Presidência e do SISE e abre caminho para a realização do julgamento em Londres

Por: Borges Nhamirre*

O Governo de Moçambique aceitou, finalmente, que advogados da Peters & Peters tivessem acesso a alguns documentos do Gabinete do Presidente da República e do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE) relacionados com as dívidas ocultas. Desta forma está garantida o a realização do julgamento no Tribunal Superior de Londres[1].

O julgamento está marcado para Outubro próximo, entretanto estava em risco devido à recusa de Moçambique em partilhar os documentos com o Tribunal e outros intervenientes processuais. O juiz do caso, Robin Knowles, já havia admitido a realização do julgamento, mas insistia que as exigências da divulgação dos documentos se mantinham[2].

Na semana de 17 a 21 do mês corrente, três especialistas da de Peters &Peters, a firma de advogados contratada pela Procuradoria-Geral da República, estiveram em Maputo a consultar documentos no Gabinete do Presidente da República, bem como documentos do antigo director do SISE, Lagos Lidimo e do antigo ministro da Defesa, Salvador Mtumuke.

Os especialistas da Peters &Peters que estiveram em Maputo são Keith E. Oliver, chefe do departamento de assuntos internacionais, Steffany William e Sarah Gabriel. Especificamente, os especialistas consultaram arquivos digitais e e-mails institucionais das figuras referidas para ver se encontram algum documento relevante, relacionado com as dívidas ocultas, que possa ser importante para o processo em curso em Londres.

Guebuza disse que não saiu com documentos da Presidência

O acesso a documentos relacionados com as dívidas ocultas incluiu outras figuras do topo da direcção do Estado.

Armando Guebuza, o antigo Presidente da República, foi solicitado a disponibilizar os seus dispositivos, como computadores pessoais, para consulta pelos especialistas da Peters & Peters. Respondeu que não poderia disponibilizá-los pois não saiu com nenhum documento da presidência. Assim, Guebuza remeteu os especialistas ao Gabinete do Presidente Nyusi para partilhar eventuais documentos.

Isaltina Lucas, diretora nacional de Tesouro aquando da contratação das dívidas ocultas e uma das grandes ausentes no julgamento das dívidas ocultas em Maputo, também teve de dar acesso dos seus dispositivos de comunicação aos especialistas da Peters & Peters. E, ciente de que iriam encontrar dados comprometedores, admitiu antes, ao Tribunal Superior da Inglaterra, que afinal recebeu dinheiro da Privinvest. Mas justificou – tal como os demais envolvidos – que se tratava de fundos para projectos de investimento conjunto com Jean Boustani.

Manuel Chang, antes de ser extraditado para os Estados Unidos da América, foi também procurado pelos especialistas da Peters & Peters para partilhar dados do seu e-mail (*user e password*) para se proceder à consulta de documentos essenciais sobre as dívidas ocultas. Chang foi orientado a responder que havia perdido a memória destes dados devido ao longo tempo que permaneceu na prisão.

1 CIP (2023). Entenda por que o julgamento das 'dívidas ocultas' em Londres está em risco de ser cancelado. Disponível em https://www.cipmoz.org/pt/2023/05/17/entenda-por-que-o-julgamento-das-dividas-ocultas-em-londres-esta-em-risco-de-ser-cancelado/ (consultado a 19 de Julho de 2023)
2 CIP (2023). Tribunal inglês decide que julgamento das dívidas ocultas deve avançar mesmo sem a divulgação dos documentos secretos – leia o acórdão na íntegra. Disponível em https://www.cipmoz.org/pt/2023/07/09/tribunal-ingles-decide-que-julgamento-das-dividas-ocultas-deve-avancar-mesmo-sem-a-divulgacao-dos-documentos-secretos-leia-o-acordao-na-integra/ (consultado a 19 de Julho de 2023)

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte:**borges.nhamirre@cipmoz.org**

Celso Correia, o super-ministro do Governo de Filipe Nyusi, apesar de na altura da contratação das dívidas ocultas ainda não estar no Governo, foi solicitado a permitir a consulta das suas comunicações e aceitou. Entretanto, há informação de que não foram encontrados documentos relevantes na sua posse.

Efectivamente é pouco provável que do levantamento feito sejam encontrados documentos relevantes, principalmente devido ao curso do tempo desde a contratação das dívidas ocultas. Já passam cerca de 10 anos e muitos documentos podem ter sido deliberadamente apagados ou terem desaparecido.

Entretanto, no dia 28 de julho haverá uma sessão no Tribunal Superior de Londres na qual o juiz irá referir-se aos esforços feitos pela República de Moçambique para a divulgação dos documentos. Embora seja quase certo que haverá julgamento, a disponibilidade de Moçambique para partilhar documentos pode ter influência sobre a decisão do tribunal quanto ao pedido principal de Moçambique.

No processo civil das dívidas ocultas, iniciado pelo Estado Moçambicano no Reino Unido, a Procuradoria-Geral da República pede a anulação das garantias emitidas por Manuel Chang para avalizar os empréstimos da ProIndicus, no valor de 622 milhões de dólares, e da Mozambique Asset Management (MAM), no valor de 535 milhões de dólares. Moçambique pede ainda a compensação por todos os danos incorridos com o processo das dívidas ocultas. Os demandados são as empresas do grupo Privinvest, o Credit Suisse e os antigos colaboradores do Credit Suisse envolvidos na contratação das dívidas ocultas.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

Norwegian Embassy

Suécia
Sverige

Reino dos Países Baixos

IGUAL
PROGRAMA DIREITOS E DEMOCRACIA

cesc
CENTRO DE APRENDIZAGEM E CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

UKaid
from the British people

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Borges Nhamirre

Revisão de Pares: Edson Cortez

Revisão Linguistica: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschield, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
@CIP.Mozambique @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique